



AGENDA DE COMPROMISSOS COM A POPULAÇÃO TRANS QUE DEVEM SER ASSUMIDOS PUBLICAMENTE PELAS DIVERSAS CANDIDATURAS - ALIADES E LGBTI+ NAS ELEIÇÕES

O foco de todos os compromissos que compõe essa agenda política tem como base o direito a vida, á liberdade e individualidade. E visa contribuir para a prevenção e no enfrentamento das violações de direitos que impedem o exercício pleno da cidadania LGBTI+, com foco nas travestis, mulheres transexuais, homens trans e demais pessoas trans, respeitando a diversidade e a livre expressão da orientação sexual e da identidade de gênero.

Assim como enfrentar a alta taxa de exclusão escolar devido às agressões físicas e psicológicas decorrentes do cissexismo e da transfobia, a exclusão e o preconceito social, bem como reflexos negativos na atuação profissional, os altos índices de violência contra a população LGBTI+ e a fim de garantir acesso a direitos e á cidadania sem nenhum tipo de discriminação.

Devendo ser observados aspectos fundamentais atravessados por questões de raça, etnia, gênero e diversidade de gênero, assim como garantir olhar atento as pessoas LGBTI+ com deficiência, trabalhadoras sexuais, povos tradicionais e do campo, sempre que aplicável durante a atuação e implementação dessas propostas.

OBJETIVOS:

1. Promover os direitos fundamentais da população LGBTI+ de inviolabilidade do direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade, dispostos no art. 5º da Constituição Federal;
2. Implementar ações governamentais, promovendo as articulações entre órgãos municipais, e entre estes, e entidade beneficentes e/ou de assistência social, assim como as entidades da sociedade civil que tratem da temática diretamente necessárias à implementação da política municipal em questão;

3. Promover a cooperação da sociedade, da família e do município na promoção da autonomia, participação e integração da pessoa LGBTI+ à sociedade;
4. Promover o direito a vida, cidadania, dignidade, segurança, saúde, educação, cultura e ao bem estar social;
5. Proteger as pessoas contra discriminações de qualquer natureza;
6. Prevenir e educar para o enfrentamento do preconceito, discriminação e violência motivados por orientação sexual e/ou identidade de gênero;
7. Universalizar os direitos sociais, a fim de incluir as pessoas LGBTI+ para que sejam atendidas pelas políticas públicas;
8. Transversalizar, politico-administrativamente os programas, projetos, serviços e benefícios de atenção à pessoa LGBTI+;
9. Desenvolver programas que assegurem igualdade de oportunidades e de tratamento às pessoas profissionais do sexo; e
10. Estimular a participação da sociedade por meio de suas organizações representativas.

COMPROMISSOS

As propostas aqui apresentadas são sugestões que devem ser observadas em cada área de atuação e de forma com que sua implementação, proposição ou articulação leve em conta a realidade local e para que aquelas pessoas que estão se candidatando possam ter como referência em uma atuação que tenha compromisso com a população de travestis e demais pessoas trans, devendo fazer adaptações sempre que necessário para a proposta e efetivação junto aos órgãos correlatos a cada tema ou responsáveis pela área responsável e, quando necessário, incidindo junto ao legislativo na proposição de projetos de lei ou propondo indicações legislativas para o executivo, de acordo com cada objetivo.

O que esperamos das pessoas candidatas:

Quanto ao Posicionamento Público e compromisso ético:

- ✓ Contratar pessoas trans durante o período de pré-campanha, campanha, equipes, gabinetes e assessorias;

- ✓ Se posicionar publicamente em suas redes sociais, debates e ações durante os períodos pré e pós campanha, contra todo e qualquer projeto/ação que se coloque contra os direitos da população LGBTI+;
- ✓ Articular para que projetos transfóbicos não sejam propostos e/ou aprovados nos municípios; e
- ✓ Realizar reuniões, audiências públicas e ações sobre os direitos da população LGBTI+.

Na área de Proteção Social e Enfrentamento da violência, articular/propor ações para:

- ✓ A qualificação e capacitação periódica dos agentes públicos da área de saúde, segurança e educação sobre o atendimento da população LGBTI+, garantia do uso do nome social e respeito a identidade de gênero das pessoas trans;
- ✓ A garantia do atendimento de travestis e mulheres transexuais vítimas de violência, inclusive doméstica, em todas as políticas de proteção a mulher;
- ✓ A garantia da formação dos agentes de segurança pública sobre a importância do enquadramento da violência contra a população LGBTI+ e do correto preenchimento dos boletins de ocorrências de acordo com a decisão do STF que reconheceu a LGBTIfobia como crime de racismo;
- ✓ Instituir, ampliar e/ou fortalecer órgão executor da política de promoção e defesa dos direitos da população LGBTI+, garantindo a contratação de pessoas trans nesses espaços;
- ✓ A garantia do uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero das pessoas trans nos espaços sociais, públicos e privados;
- ✓ Que a revista e/ou busca em travestis e mulheres transexuais seja feita por agente de segurança feminina em respeito a sua identidade de gênero;
- ✓ Instituir, ampliar e/ou fortalecer a criação de um plano municipal de promoção à diversidade e cidadania LGBTI+;
- ✓ Promover, junto ao Conselho Tutelar Municipal, ações de apoio a jovens LGBTI+ expulsos de casa e/ ou que sofram violência doméstica, física e/ou psicológica;

- ✓ O reconhecimento das famílias compostas por pessoas LGBTI+ nos programas geridos pela administração pública, em especial na área de assistência social;
- ✓ A promoção de ações a fim de garantir que pessoas LGBTI+ não sejam discriminadas em seu acesso profissional ou demitidos por qualquer estabelecimento público ou privado, em função de sua orientação Sexual e/ou identidade de gênero;
- ✓ Instituir, ampliar e/ou fortalecer conselho municipal dos direitos da População LGBTI+;
- ✓ Garantir junto aos órgãos de segurança estadual e a Polícia Militar, a presença de postos e/ou patrulhas nos pontos apontados como de grande incidência de violência contra a população LGBTI+;
- ✓ Formação e capacitação da Guarda Civil Municipal sobre as questões relacionadas ao respeito à diversidade e o combate à violência contra LGBTI+;
- ✓ Garantir a identificação, em local visível, dos profissionais de segurança pública e privada, com nome patente e cargo bordado à roupa; a fim de fiscalizar e coibir eventuais abusos, além de possibilitar a denúncia dos mesmos;
- ✓ Garantir a segurança de profissionais do sexo durante o exercício de sua atividade, por meio de ações junto à Guarda Municipal e Polícias;
- ✓ Implementar e fortalecer uma comissão para tratar da defesa da cidadania e dos direitos da população LGBTI+, com atenção especial a travestis e transexuais nas câmaras municipais;
- ✓ Instituir no âmbito do município a promoção e o reconhecimento da liberdade de orientação, à prática, manifestação e identidade de gênero;
- ✓ Promover a laicidade em todas as instituições públicas municipais;
- ✓ Criar um programa de enfrentamento da violência LGBTIfóbica, incluindo mapeamento e levantamento dos dados de LGBTIfobia nos municípios;
- ✓ Fortalecer uma rede de serviços de referência no combate a LGBTIfobia com canal específico de denúncia;
- ✓ Garantir a participação de instituições da sociedade civil na discussão, construção, proposição e/ou implementação de políticas públicas para essa população;

- ✓ Garantir previsão orçamentária para ações e políticas pró LGBTI+ nos municípios;
- ✓ Garantir a inclusão de pessoas LGBTI+, com recorte racial e de gênero nas agendas e ações das câmara e prefeituras;
- ✓ Fortalecer o diálogo com instituições da sociedade civil que atuam na defesa da população LGBTI+;
- ✓ Incentivar através de fomento os projetos e ações das instituições LGBTI+ do município;
- ✓ Levantar e reconhecer os Grupos, coletivos e instituições LGBTI+ como utilidade pública;
- ✓ Garantir a isenção de taxas para pessoas trans hipossuficientes nos cartórios, por ocasião do processo de retificação de nome e gênero previsto no provimento nº 73/2018 do CNJ; e
- ✓ Proibir a exigência, em concurso ou processo de seleção de pessoal de requisito relacionado com aparência, origem, raça e etnia, sexo, cor, credo religioso, convicção política, orientação sexual, identidade de gênero ou qualquer outra forma de discriminação, bem como sua divulgação dos respectivos editais e anúncios publicitários.

Na área de Geração de emprego, trabalho e renda, articular/propor ações para:

- ✓ Fortalecer projetos sociais sobre educação e profissionalização da população LGBTI+, com foco nas pessoas trans;
- ✓ Incentivar empresas para a contratação de pessoas trans, com proposta de isenção fiscal para aquelas empresas que destinarem vagas exclusivas;
- ✓ Garantir a contratação de pessoas trans nos diversos níveis, em órgãos governamentais, como compromisso pela empregabilidade desta população;
- ✓ Promover a inclusão da juventude LGBTI+ nos programas governamentais de capacitação para o trabalho;
- ✓ Incentivar parcerias com instituições profissionalizantes para destinação de vagas para as pessoas trans, além da área de beleza; e
- ✓ Incentivar e garantir a contratação de serviços e produtos de pessoas trans nas aquisições de materiais e insumos pelas câmaras e prefeituras.

Na área da Assistência Social, articular/propor ações para:

- ✓ A criação de um espaço para abrigamento da população LGBTI+ idosa e casa de passagem permanente para pessoas trans em situação de vulnerabilidade social ou expulsas de casa;
- ✓ Garantir abrigamento das pessoas trans de acordo com suas identidades de gênero autodeclaradas nos abrigos públicos existentes;
- ✓ Instituir, ampliar e/ou fortalecer CREAS da diversidade para o atendimento das demandas da população LGBTI+, com atenção especial a travestis e transexuais;
- ✓ Garantir que os critérios de concessão de benefícios habitacionais, cadastro único, bolsa família e demais programas sociais respeitem as especificidades da comunidade LGBTI+, dando prioridade para travestis e demais pessoas trans, profissionais do sexo, assim como a inclusão nestes programas de famílias compostas por pessoas LGBTI+ e/ou casais em união estável.

Na área da Saúde, articular/propor ações para:

- ✓ Instituir, ampliar e/ou fortalecer ambulatórios especializados na saúde integral da população trans;
- ✓ A garantia do fornecimento da medicação prevista para a hormonização de pessoas trans na rede pública;
- ✓ A garantia de uma política de redução de danos e acesso aos cuidados da saúde da população trans, com olhar especial sobre o uso de silicone industrial, cuidados das IST, HIV/AIDS, Tuberculose e Hepatites virais, e uso abusivo de álcool/drogas;
- ✓ Garantir aos homens trans e transmasculines acesso ao aborto legal nos casos previstos pela lei;
- ✓ Garantir aos homens trans e transmasculines assistência à concepção e contracepção, o atendimento pré-natal e a assistência ao parto, ao pós-parto e a/ao recém nascida/o;
- ✓ Instituir, ampliar e/ou fortalecer centros de atendimento a prevenção e cuidados com as IST, HIV/AIDS, tuberculose e hepatites virais;

- ✓ Implementar os quesitos “Orientação Sexual” e “Identidade de Gênero”, por auto definição, nos prontuários e fichas de atendimento nos serviços municipais de saúde;
- ✓ Desenvolver ações a fim de incentivar a contratação de Travestis e Transexuais, para atuar como agentes comunitárias de saúde na Secretaria Municipal de Saúde e parceiros; e
- ✓ Capacitaras equipes e profissionais de saúde com foco nas atividades dos profissionais do sexo, de modo a abranger suas práticas sexuais e desenvolver métodos de prevenção e acompanhamento aos riscos envolvidos, provendo um ambiente acolhedor, saudável e humanizado para o atendimento.

Na área da Cultura, articular/propor ações para:

- ✓ Incentivar e possibilitar chamadas públicas para a realização – nos equipamentos culturais existentes – de eventos, publicações e manifestações artísticas e culturais que tratem da cultura LGBTI+ que promovam a conscientização, valorização, preservação e difusão desta, e que os existentes passem a incluir a temática LGBTI+;
- ✓ Incentivar ações voltadas para a preservar a história e a difusão da cultura LGBTI+ e de manifestações culturais e artísticas LGBTI+ durante os grandes eventos oficiais da cidade;
- ✓ Garantir a representação e a visibilidade das travestis e transexuais nas campanhas e atividades culturais do município;
- ✓ Incentivar a divulgação dos eventos LGBTI+, atividades, ações de turismo, esporte e lazer, inclusive por material gráfico e internet, incluindo sites e redes sociais específicos do segmento;
- ✓ A criação e divulgação de um guia LGBTI+ de cultura, turismo, lazer, incluindo estabelecimentos comerciais devidamente capacitados para atender o público LGBTI+, além de conter informações e telefones úteis, a ser distribuído nos espaços públicos da cidade, com foco nos grandes eventos realizados; e
- ✓ Instituir, ampliar e/ou fortalecer fomentos e atividades culturais pensando a inclusão de LGBTI+.

Na área da Educação, articular/propor ações para:

- ✓ Estimular, nos currículos das escolas municipais, a abordagem transversal da questão da diversidade de gênero, a prevenção às IST/HIV/AIDS, do enfrentamento a LGBTIfobia e promover uma cultura de paz;
- ✓ Incluir o respeito e uso do nome social de travestis, transexuais e demais pessoas trans nos registros escolares da rede municipal e respeitar o uso de banheiros e uniformes conforme sua identidade de gênero, independente do registro civil da pessoa;
- ✓ Formular programas de mediação de conflitos, que envolva educadores, estudantes, pais e comunidade, como estratégia de combater a violência escolar, principalmente aquela motivada por preconceito ou discriminação em relação à orientação sexual e de gênero; e
- ✓ Garantir a laicidade do ensino em todos os âmbitos educativos públicos, seja no conteúdo de ensino e nas dependências físicas das escolas.

Na área de Esporte e Lazer, articular/propor ações para:

- ✓ Criar ação conjunta para a conscientização e inclusão da comunidade LGBTI+ junto aos profissionais do esporte por meio de capacitação e distribuição de materiais informativos em ações, atividades e eventos esportivos municipais; e
- ✓ Estimular parcerias junto a Secretaria Municipal de Esportes para criar atividades conjuntas dialogando esporte e combate ao preconceito LGBTI+.

Na área da Previdência, articular/propor ações para:

- ✓ Garantir parceria com a previdência social a fim de informar e incentivar travestis e transexuais profissionais do sexo sobre o recolhimento do INSS a partir do reconhecimento de sua atividade como ocupação pelo código brasileiro de ocupações.

Na área da Comunicação, articular/propor ações para:

- ✓ Realização de campanhas e ações publicitárias que promovam o respeito, a cidadania e enfrentamento à intolerância à comunidade LGBTI+ a serem veiculadas nos principais meios de comunicação e dispostas em locais públicos de grande circulação do município;
- ✓ Elaboração de cartilhas a serem enviadas às assessorias de imprensa dos órgãos municipais, orientando quanto ao tratamento da população LGBTI+ em material de imprensa e disponibilizar essas cartilhas a instituições privadas que tenham interesse em adotá-las.

Essas propostas não se encerram em si e nem se propõem em resolver todas as questões que envolve ser uma pessoa trans na sociedade. As instituições da sociedade civil organizada em diálogo com as entidades públicas de todas as esferas do governo poderão contribuir com outras sugestões, informações e recursos humanos e materiais para a plena execução dos objetivos destes compromissos através da celebração de convênios, acordos e parcerias com o Poder Público.

Rio de Janeiro, RJ; 21 de setembro de 2020.

KEILA SIMPSON
Presidenta da ANTRA

BRUNA BENEVIDES
Secretária de Articulação Política da ANTRA

Revisão:

Symmy Larrat
Presidenta da ABGLT

Essa agenda seguirá sendo atualizada sempre que julgarmos necessário.